



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 25410/24
Rubrica: [assinatura] Fls: 02

Comprovante de Protocolização

Prezado(a) Senhor(a) **D CHASTAGNIER SERVIÇOS ADM. LTDA**, comunicamos que o registro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setor(es) competente(s) para as devidas providências

Protocolo: Processo Requerimento Nº 025410/2024

Origem: D CHASTAGNIER SERVIÇOS ADM. LTDA

CEP: _____

Contato: D CHASTAGNIER SERVIÇOS ADM. LTDA

CEP: _____

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: IMPUGNAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

Informamos também que o andamento do mesmo pode ser acompanhado via internet. Para isso basta acessar o endereço abaixo ou escanear o QR CODE, e quando requerido, o identificador também deve ser informado para realizar a

Endereço: <https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Identificador: 292c2afd-39c1-4025-8c35-efc578b4ae0a

Data: 12/09/2024



PAOLA
CONSULTORIA

Processo Nº: 35410/24
Publica Fls: 03

PC
Consultoria

AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.112/2024
São Paulo, 11 de setembro de 2024.

A empresa Paola D Chastagnier Servicos Administrativos LTDA, com sede na Av. Paulista, 1636, Sala 1504, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01310-200, inscrita no CNPJ 48.630.638/0001-32, por sua representante legal infra assinada, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 164 da Lei 14.133/2021 e art. 16 da IN 73/2022, à presença de Vossa Senhoria, a fim de apresentar

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS I – DA TEMPESTIVIDADE

O instrumento convocatório do pregão em tela traz o seguinte a respeito do prazo de Pedidos de Impugnação:

“22.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

O pregão tem como data prevista para abertura da sessão o dia **03/10/2024**, podemos dizer que os licitantes interessadas poderão apresentar pedido de esclarecimentos até o dia 30/09/2024. Sendo esta peça apresentada em 11/09/2024, ela é TEMPESTIVA.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Referente à licitação 90.112/2024, para aquisição de **Roçadeira Hidráulica Articulada para tratores** nos termos da Lei 14.133/21, a nova Lei não permite em nenhum dos seus dispositivos a exigência de atestados para fornecimento de bens, referindo-se tão somente a obras e serviços.

Dessa forma o edital na cláusula 18.1 do edital viola a legislação e restringe a competitividade quando impõe a exigência de atestados para produtos/fornecimentos como demonstraremos a seguir.

II – DOS FATOS E DO DIREITO DA IMPUGNAÇÃO

De uma análise simples ao item 18,1 –, constante no edital, vislumbra-se a ilegalidade na exigência de atestado para fornecimento de objetos.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional

(11) 97825-8402
WWW.TYCHECONSULT.COM.BR
AV. PAULISTA, 1636- SÃO PAULO

competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do **caput** deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do **caput** deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Verifique que, em nenhum dos dispositivos, existe autorização ou previsão legal para que sejam solicitados atestados em caso de fornecimento de bens, ou aquisição de produtos. A legislação é muito clara que a exigência de atestados ou outro documento que comprove experiência anterior deve ser feito unicamente para **OBRAS ou SERVIÇOS**.

A única exceção é quando a licitação ocorrer pelo julgamento de melhor técnica ou técnica e preço, no qual o art. 37, I prevê o atestado também para produtos, mas é óbvio que nesse caso estamos diante de um objeto cuja complexidade e relevância demande tal exigência, não se tratando jamais de um objeto comum, visto que utilizará critérios técnicos para seu julgamento:

A Lei 14.133/21 dispõe:

*"Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:
I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;"*

A doutrina já se pronunciou a esse respeito.

Para Joel de Menezes Niebuhr¹, o atestado do profissional técnico só pode ser exigido para serviços e obras; e o atestado da empresa apenas para serviços (não pode para obras), ou seja, não pode exigir para compras/aquisições em nenhuma hipótese:

"(...) o inciso I do caput do artigo 67 não menciona a comprovação da experiência profissional relacionada a contrato de compra (...).Claramente, não é permitido formular outras exigências de qualificação técnico-profissional que não as prescritas nos incisos do caput do artigo 67, que, insista-se, limita a exigência de comprovação de experiência

¹ MENEZES NIEBUHR, Joel de. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: Bh, p. 822-825.

profissional à obra e serviço e não a prevê para compra (...) não é permitido exigir dos licitantes que apresentem profissionais experientes diante de licitação que tem por objeto compra (...). A avaliação da experiência dos profissionais tem realce especial, realmente, no que concerne às obras e aos serviços.

Pelo teor unívoco do inciso II do caput do artigo 67, à Administração é vedado exigir dos licitantes a comprovação de experiência se o objeto da licitação consistir em compra ou em obra. (...) O legislador, insista-se, somente permitiu à Administração exigir dos licitantes a comprovação de experiência técnico-operacional em relação a contratos de serviços.

O legislador empregou vocábulos com clareza no artigo 67. Veja-se que no inciso I do caput do artigo 67 o legislador referiu-se a obra ou serviço e no inciso II apenas a serviço. Não foi por acaso, o legislador quis restringir a exigência de atestados a obras e serviços para a comprovação da experiência técnico-profissional e apenas a serviços para a experiência técnico-operacional."

Tendo em vista o acima exposto, e diante do princípio da legalidade, no qual o agente público apenas pode fazer o que o ordenamento jurídico permite expressa ou implicitamente, não existe nenhum fundamento legal para a exigência de atestados no caso do fornecimento de produtos. Aliás a própria CF/88 é clara ao determinar que somente deverão ser efetuadas as exigências de habilitação indispensáveis:

"Constituição Federal 88

Art. 37

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Utilizando o bom senso, não há sentido algum em exigir atestado de experiência anterior para entrega de produtos.

Considerando que grande parte das empresas que participam de licitações são revendedoras e ofertam itens de diferentes nichos e considerando ainda que a entrega de bens em si não constitui qualquer complexidade técnica, de que adianta comprovar que o licitante já entregou, anteriormente, canetas, cadeiras, água mineral ou qualquer outro produto? No que isso garantirá a execução do contrato quando se tratar de entrega de produtos? Diferentemente de serviços e obras em que faz sentido analisar a experiência anterior, não existe o menor sentido em se exigir atestados para produtos.

O resultado pretendido pela Administração na compra de um bem é que o objeto seja entregue nas condições estipuladas pelo termo de referência.

Nesse sentido se houver alguma dúvida ou questão sobre o produto em si fará muito mais sentido a exigência de amostra do que atestados, desde que previamente estipulada no edital.

Assim sendo, solicita-se urgentemente que o edital seja alterado e que seja excluída a cláusula 18.1 sobre a exigência de atestado para produto, sanando a ilegalidade contida no edital.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, bem como amparada nas razões acima expendidas, requer a Vossa Senhoria:

- a) o acolhimento da impugnação ora apresentada, definindo e publicando nova data para a realização do certame, para:
- b) a divulgação, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, após a modificação requerida, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido;
- c) a competente decisão sobre a presente impugnação;
- d) seja a presente impugnação processada em seus exatos termos de regularidade até seu encerramento.

A empresa se encontra disponível para qualquer dúvida ou esclarecimento que se faça necessário para a mais rápida solução, a fim de que não atrase e/ou prejudique o ideal processamento desta licitação.

Aguardamos dentro dos parâmetros estipulados no Parágrafo único do Art. 164 da Lei 14.133/2021 e desde já agradecemos a atenção

PAOLA
DERRIAUX
CHASTAGNIER:0
9387055710
Paola Chastagnier

Assinado de forma digital
por PAOLA DERRIAUX
CHASTAGNIER:09387055
710
Dados: 2024.09.11
17:36:52 -03'00'

CPF 093.870.557-10

(11) 97825-8402
WWW.TYCHECONSULT.COM.BR
AV. PAULISTA, 1636- SÃO PAULO



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPB2200207202



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Constituição Normal;Enquadramento de Microempresa - ME		PORTE ME
NOME EMPRESARIAL Paola D Chastagnier Servicos Administrativos LTDA		NÚMERO 1636
LOGRADOURO AVENIDA PAULISTA		CEP 01310200
COMPLEMENTO CONJUNTO 04 / PAVIMENTO 05	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	UF SP
MUNICÍPIO SAO PAULO		TELEFONE 22 981593145
E-MAIL paola@tycheconsult.com.br	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	VALORES RECOLHIDOS DARE Isento DARF Isento	
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: Paola Derriau Chastagnier - Sócio-Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

16/11/2022

Página 1 de 1



CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA
PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

processo Nº: 2546 / 24
Rubrica: [assinatura] Fls: 11

Sócio-Administrador Paola Derriau Chastagnier, nacionalidade: brasileira, casado(a), comunhão parcial de bens, natural da cidade de Nova Friburgo/RJ, nascido(a) em: 01/08/1982, nº do documento de identidade: CTPS 2096238 Órgão Emissor: CRA/RJ, Empresária, nº do CPF: 09387055710, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) R Dom João Vi, 354 BLOCO 2 / APARTAMENTO 302 - Bairro: Cônego, Nova Friburgo - RJ CEP 28621350.

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: Paola D Chastagnier Servicos Administrativos LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA PAULISTA, 1636 CONJUNTO 04 / PAVIMENTO 05 - Bairro: Bela Vista, SAO PAULO - SP CEP 01310200.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Empresa de apoio administrativo com o provimento de uma combinacao de servicos de rotinas administrativas a empresas clientes, planejamento financeiro, organizacao de arquivos de documentos no local do contratante, arquivamento, preparacao de material para envio por correio e preparacao de documento, digitacao de textos, transcricao de documentos, preenchimento de formularios e despacho de correspondencia, inclusive de material de publicidade.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de Empresa de apoio administrativo com o provimento de uma combinacao de servicos de rotinas administrativas a empresas clientes, planejamento financeiro, organizacao de arquivos de documentos no local do contratante, arquivamento, preparacao de material para envio por correio e preparacao de documento, digitacao de textos, transcricao de documentos, preenchimento de formularios e despacho de correspondencia, inclusive de material de publicidade.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO

Cláusula Quarta - A empresa iniciará suas atividades a partir de 16/11/2022 e seu prazo de duração indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital será de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), divididos em 1.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, subscrito e devidamente integralizado conforme abaixo indicado:

O valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) em moeda corrente do país em nome de Paola Derriau Chastagnier, nº do CPF: 09387055710 integralizado neste ato.

SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
Paola Derriau Chastagnier	1.000	R\$ 1.000,00	100,00%
TOTAL	1.000	R\$ 1.000,00	100,00%

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida por Paola Derriau Chastagnier, nacionalidade: brasileira, casado(a), comunhão parcial de bens, natural da cidade de Nova Friburgo/RJ, nascido(a) em: 01/08/1982, nº do documento de identidade: CTPS 2096238 Órgão Emissor: CRA/RJ, Empresária, nº do CPF: 09387055710, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) R Dom João Vi, 354 BLOCO 2 / APARTAMENTO 302 - Bairro: Cônego, Nova Friburgo - RJ CEP 28621350, que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO FORO

Cláusula Nona - As partes elegem o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

DO ENQUADRAMENTO

Cláusula Décima - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006).

DO PRO LABORE

Cláusula Onze - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de **pro labore** para o(s) sócio(s) administrador(es), observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA

Cláusula Doze - Por este ato determina-se a regência supletiva da sociedade pelo regramento da sociedade anônima, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1.053 do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

SAO PAULO, 16 de novembro de 2022.

gov.br

Documento assinado digitalmente
PAOLA DERRIAUX CHASTAGNIER
Data: 17/11/2022 06:29:38-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Paola Derriau Chastagnier (Sócio-Administrador)

Carteira de Identidade

Compartilhado pelo aplicativo gov.br

Processo Nº: 25410/24
Rubrica: 14 Fls: 14

gov.br

QR Code



Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL GOVERNO FEDERAL

Estado do Rio de Janeiro
DETRAN

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome / Name
PAOLA DERRIAUX CHASTAGNIER

Nome Social / Social Name



Registro Geral - CPF / Personal Number
093.870.557-10

Data de Nascimento / Date of Birth
01/08/1982

Naturalidade / Place of Birth
Nova Friburgo/RJ

Sexo / Sex
F

Nacionalidade / Nationality
BRA

Data de Validade / Date of Expiry
16/07/2034

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

Filiação / Filiation
VERA LUCIA DERRIAUX



Órgão Expedidor / Card Issuer
DETRAN-RJ

Local / Place of Issue
RIO DE JANEIRO

Data de Emissão / Issue Date
16/07/2024

Assinatura do Expediente / Card Issuer Signature

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1985
IDBRA093870557409387055710<<<1
8208019F3407161BRA<<<<<<<<<<0
DERRIAUX<CHASTAGNIER<<PAOLA<<<

Título de eleitor

Estado civil
CASADO(A)

Assinatura

Tipo sanguíneo/ Fator RH

Doador de Órgãos
NÃO

Certidão de Nascimento/ Casamento/ Averb. Divórcio
092536-01-55-2014-2-00083-110-0006803-31

CNH

Categoria

PIS / PASEP

NIS

NIT

Carteira de trabalho

DNI

CNS

Observação de Saúde



PROCESSO Nº: 25.410 /2024

RUBRICA: [assinatura] FOLHA: 15

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.112/2024

Processo Licitatório nº: 2/2024

Processo de Impugnação nº: 25.410/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de uma Roçadeira Hidráulica Articulada para tratores.

IMPUGNANTE: PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.112/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 25.410 /2024

RUBRICA: Rub FOLHA: 16

Comissão de Pregão I

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de atestado para fornecimento de objetos seria ilegal.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

A impugnante requer:


- a) o acolhimento da impugnação ora apresentada, definindo e publicando nova data para a realização do certame;
- b) a divulgação, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, após a modificação requerida, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido;
- c) a competente decisão sobre a presente impugnação;
- d) seja a presente impugnação processada em seus exatos termos de regularidade até seu encerramento.

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos para ciência e, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro, solicito o encaminhamento da presente impugnação à Procuradoria Geral do Município, considerando que a impugnante suscitou dúvida quanto à legalidade de exigência contida no Edital do PE 90.112/2024.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 03/10/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 23 de setembro de 2024.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Processos nº. 25410/2024.

Data: 23/09/2024

Folha: nº 17

Rubrica: [assinatura]

De: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Para: Procuradoria-Geral

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por este informar que em análise sobre a questão, verificamos que procede o pedido de impugnação sobre o item **18.2.3 Qualificação técnica**, já que o objeto da licitação não corresponde Obras e Serviços e sim aquisição de equipamento.

Com isso, elaboramos a alteração no texto do Termo de Referência anexado ao processo nº 2/2024, para adequar o edital a realidade do objeto em questão (Roçadeira articulada para trator).

Pedimos então um parecer a cerca do assunto, para darmos continuidade ao processo, e cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para 03/10/2024 às 10 horas.

Atenciosamente,

Jubher Lima

Subsecretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural



Jubher C. de Lima
Subsecretário de Agricultura
e Desenvolvimento Rural
Mat. 63.000



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 25410
DATA 07/10/24
Assessoria 18 Ruben Felipe

Processo: 25.410/2024

Requerente: Paola D Chastagnier Serviços Administrativos Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.112 de 2024 - Processo Licitatório n. 25.410/2024

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 12/09/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.112 de 2024 - Processo Licitatório n. 25.410/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para o fornecimento de roçadeira hidráulica articulada para tratores.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 26 de setembro de 2024.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação (fls. 03/09) a existência de ilegalidade no edital quanto à qualificação técnica prevista no item 18.1, uma vez que, na forma do art. 67 da Lei 14.133/2021, o atestado de capacidade técnico-profissional só pode ser exigido para serviços e obras e o atestado de capacidade técnico-operacional apenas para serviços, requerendo a exclusão do item e republicação do edital.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 15/16, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 17 consta a manifestação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, afirmando que *"procede o pedido de impugnação sobre o item 18.2.3 Qualificação técnica, já que o objeto da licitação não corresponde Obras e Serviços e sim aquisição de equipamento"*, bem como que foi elaborada a alteração no texto do Termo de Referência para adequar o edital à



realidade do objeto, encaminhando os autos a esta Procuradoria solicitando parecer acerca do assunto para dar continuidade ao processo.

É o relatório.

PROCESSO Nº 25410
DATA 01/10/24
Folhas Nº 19 Rubrica Felipe

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 12/09/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 03/10/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DATA

21/10/24

24

20

Rubrica

25910

24

20

Rubrica

25910

24

20

Rubrica

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Agricultura para pronunciamento de ordem técnica.

Pois bem. Vejamos o que dispôs o Edital do Pregão Eletrônico 90.112/2024 acerca dos requisitos de qualificação técnica:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da mesma forma estabeleceu o Termo de Referência:

8.15 Qualificação técnica.

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou



atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da leitura dos dispositivos acima transcritos, verifica-se que apenas foi exigida a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;



VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DATA

Folhas N° 23

Rubrica

In casu, o objeto certame é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de roçadeira hidráulica articulada para tratores, incluindo a garantia de 12 (doze) meses com todas as revisões e manutenções preventivas e corretivas que se fizerem necessárias durante o período de garantia, por conta da contratada, conforme estabelecido nos subitens 4.1.8 e 4.1.10 do Termo de Referência.

Portanto, s.m.j., não se trata apenas de mera aquisição, mas também a realização de revisões e manutenções, o que consubstancia a prestação de um serviço acessório atrelado ao bem.

No entender desta assessoria jurídica, a exigência de comprovação da demonstração da capacidade técnico-operacional da empresa se faz necessária, uma vez que o objetivo é averiguar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de executar o objeto.

Assim, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos compatíveis com o objeto a ser contratado, a fim de resguardar a Administração da contratação de licitantes aventureiros que não detenham capacidade de executar o objeto contratado.

Sob a égide da Lei 8.666/1993, a qualificação técnica, prevista no art. 30, inciso II, estabelecia a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Embora o dispositivo abordasse apenas "atividade", o que poderia levar à interpretação de serviço, a exigência se estendia a bens e serviços, haja vista que o objetivo sempre foi a contratação de empresas que tenham condições de executar o compromisso assumido junto à Administração.

Não parece que entendimento diverso tenha sido dado às licitações pela nova Lei 14.133/2021.

A AGU, por meio da Consultoria-Geral da União, interpretou que a capacidade operacional pode ser exigida em fornecimento de bens, tendo em vista que, nos Modelos da Lei



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCESSO Nº 23410
ATA Nº 10
Folha Nº 24
Rubrica [assinatura]

nº 14.133/2021 para pregão e concorrência disponibilizados no sítio eletrônico do Gov.br¹, o modelo de Termo de Referência fornecido para compras prevê a exigência da comprovação da capacidade técnico-operacional:

Qualificação Técnica

- 8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;
- 8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- (...)

Na Nota Explicativa constante do referido modelo, foram incluídas as seguintes informações:

Nota Explicativa 1: A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, "será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados". Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que

¹ <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>

[assinatura]



possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º).

Nota Explicativa 2: Os requisitos de qualificação técnica são aplicáveis a todos os licitantes, inclusive pessoas físicas, conforme inciso I do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021.

Nota Explicativa 3: Caso seja permitida a subcontratação de fornecimento com aspectos técnicos específicos, poderá ser admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto licitado, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Em sendo esse o caso do processo, recomenda-se inserir a seguinte disposição:

8.31.x: Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de.... ..., cuja subcontratação foi expressamente autorizada no tópico pertinente.

Os órgãos dos diversos entes utilizam os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União como parâmetro para suas contratações, não sendo diferente no caso do Município.

Em que pese a requerente cite doutrina em sentido contrário, a depender do que o órgão esteja licitando, será necessário sim a adoção de um rigor maior quanto a comprovação de que o licitante será capaz de entregar o objeto.

Nessa perspectiva, relevante mencionar o Acórdão 891/2018-Plenário do Tribunal de Contas da União sobre o tema:

“(...) Essa obrigação, entretanto, não é mera formalidade e está sempre subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, que a empresa contratada será capaz de fornecer os bens ou serviços adquiridos. Em consequência, a documentação a ser fornecida deve guardar relação com o objeto pretendido no sentido de que aquisições mais simples demandarão menos comprovações e, contrario sensu, as mais complexas exigirão mais salvaguardas.”

No caso dos autos, como anteriormente narrado, o objeto certame é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de roçadeira hidráulica articulada para tratores,



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

25410
01/10/24
26
Jelyso

incluindo a garantia de 12 (doze) meses com todas as revisões e manutenções preventivas e corretivas que se fizerem necessárias durante o período de garantia, por conta da contratada, conforme estabelecido nos subitens 4.1.8 e 4.1.10 do Termo de Referência, logo, não se trata apenas de mera aquisição, envolvendo também a prestação de um serviço.

Considerando, portanto, que o objeto licitado engloba a prestação de um serviço, não se vislumbra óbice na exigência da comprovação da capacidade técnico-operacional.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pelo não acolhimento da impugnação, com a remessa dos autos à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural para ciência e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.**

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 30 de setembro de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Carlos Eduardo V. N. de Veiga
SUBPROCURADOR DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS
Matrícula: 63.347



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades

ORIGEM

Remessa Nº 696.831
Participante AGRICULTURA - ADMINISTRATIVO
Responsável JUBHER CANDIDO DE LIMA
Data e Hora 02/10/2024 16:30

Folha Nº 27 Rubrica

Jubher C. de Lima
Subsecretário de Agricultura
e Desenvolvimento Rural
MMA - Mat. 65.030
JUBHER CANDIDO DE LIMA
AGRICULTURA - ADMINISTRATIVO

Nova Friburgo, 02 de outubro de 2024

PROTOCOLO

Protocolo: **Processo Processo Nº 000002/2024**
Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Contato: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Requerente: JUBHER CANDIDO DE LIMA
Assunto: SOLICITAÇÃO
Detalhamento: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO - ROÇADEIRA ARTICULADA

Gerado por: jubherlima@gmail.com

Página 1 de 1

ENCAMINHAMENTO

SEGUE PROCESSO PARA DAR PROSSEGUIMENTO.

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

APOIO A COMISSAO DE PREGAO

02/10/2024 16:30



PROCESSO Nº: 25.410 /2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.112/2024

Processo Licitatório nº: 2/2024

Processo de Impugnação nº: 25.410/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de uma Roçadeira Hidráulica Articulada para tratores.

IMPUGNANTE: PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.112/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



PROCESSO Nº: 25.410 /2024

RUBRICA: ____ FOLHA: ____

Comissão de Pregão I

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de atestado para fornecimento de objetos seria ilegal.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

A impugnante requer:

- a) o acolhimento da impugnação ora apresentada, definindo e publicando nova data para a realização do certame;
- b) a divulgação, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, após a modificação requerida, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido;
- c) a competente decisão sobre a presente impugnação;
- d) seja a presente impugnação processada em seus exatos termos de regularidade até seu encerramento.

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos para ciência e, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro, solicito o encaminhamento da presente impugnação à Procuradoria Geral do Município, considerando que a impugnante suscitou dúvida quanto à legalidade de exigência contida no Edital do PE 90.112/2024.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 18 a 26), sem nada mais a evocar, CONHEÇO da




PROCESSO Nº: 25.410 /2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I
Impugnação interposta pela empresa **PAOLA D CHASTAGNIER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.112/2024, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 03 de outubro de 2024.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934